

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO NA ATUALIDADE COMO DESDOBRAMENTO DA CRFB/1988 E LDB 1996

MINISTÉRIO PÚBLICO - RJ

RIO DE JANEIRO – 13 DE ABRIL DE 2016

REPRESENTANDO A UNDIME RJ



Professor Evaldo de Souza Bittencourt

**Secretário Municipal de Educação de
Sao Pedro da Aldeia.**

Secretário de Articulação da UNDIME RJ.



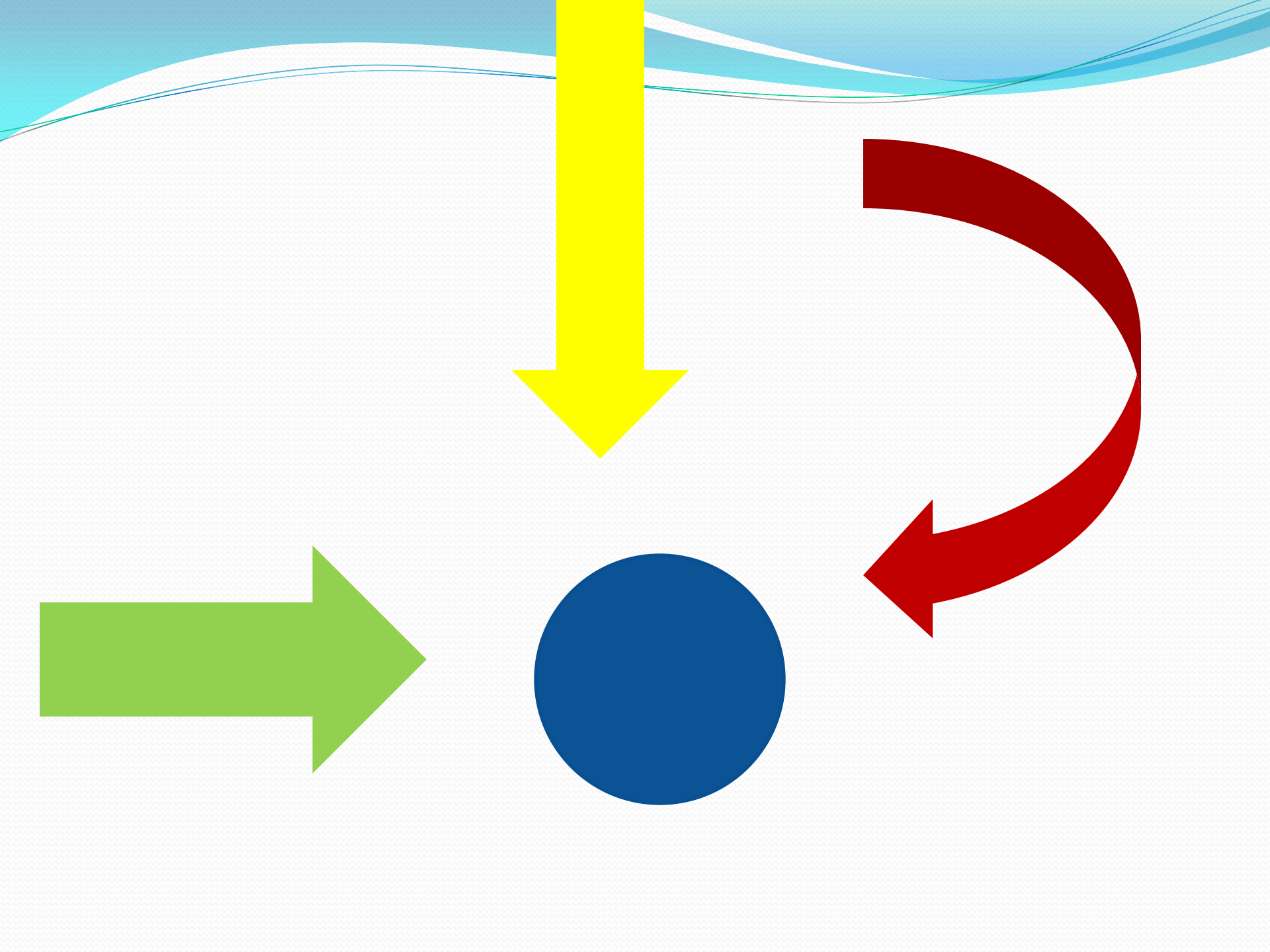
___ Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui ?

___ Isso depende muito de para onde queres ir _ respondeu o gato.

___ Preocupa-me pouco aonde ir – disse Alice.

___ Nesse caso, pouco importa o caminho que sigas – replicou o gato.¹

1. Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll.



**NOSSA CONVERGÊNCIA
REPUBLICANA**

**QUALIDADE
SOCIAL DA
EDUCAÇÃO.**

Políticas educacionais

- ❑ São emanadas do Estado, como qualquer outra política pública.
- ❑ Implicam em escolhas e decisões, que envolvem indivíduos, grupos e instituições.
- ❑ Não são fruto de iniciativas abstratas, mas constroem-se na correlação entre as forças sociais, que se articulam para defender seus interesses.
- ❑ Para entender como se elaboram as políticas públicas, em uma determinada sociedade, é preciso analisar seus significados históricos.
- ❑ Embora, nas sociedades capitalistas, o Estado esteja submetido aos interesses do capital, na organização e na administração do público, as políticas públicas são produto das lutas, pressões e conflitos entre os grupos e classes que constituem a sociedade.



CONTEXTUALIZANDO

ATUALIDADE / contexto macro

- **Condição pós – moderna**
 - A Condição Pós-Moderna, François Lyotard
- **Revolução da microeletrônica.**
- **Correlato social / impactos**
- **Tecnologia a serviço da democracia.**
- **Banalização da vida , perda de historicidade**
- **Crise de toda ordem**
 - ✓ **Ética**
 - Econômica**
 - coesão).**
 - Política**
 - Ambiental**
 - Social (perda de**

- **Fluidez , permanente inacabado, flexibilidade, trabalho em rede, repactuação,**
- **Descarte rápido de pessoas e ideias**
- **Processos acelerados**
- **Construção da base republicana = conselhos, participação da sociedade civil,**
- **Gestão democrática,**
- **LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO,**
- **FORTALECIMENTO DA CIDADANIA .**
- **Empoderamento da população força a mudança das estruturas de poder : escolas, família, sociedade e suas instituições.**
- **CRFB 1988 E LDB 9394/96 - do papel à ação. PROCESSOS VIVOS, DINÂMICOS.**

2016 – bases e desafios.

- Em vigência _ **PNE – Plano Nacional de Educação**

Lei Federal 13.005/2014

- Planos Municipais de Educação – aprovados em 2015.
- Fase de implantação e monitoramento
 - Metas e estratégias para 10 anos

Eixo de sustentação das políticas públicas:

FINANCIAMENTO.

FINANCIAMENTO

- **AMEAÇAS** aos avanços e ciclo de desenvolvimento da Educação – perspectivas e frustrações.
- **DRU novamente – efeito catastrófico .**
 - **Pec 143 de 2015 Senado**
 - **Pec 087 de 2015 Câmara dos Deputados**
 - **Amplia para 30% o patamar de desvinculação**
 - **Cria a DRU nos Estados e Municípios**
 - **Na contramão das necessidades de ampliação de financiamento dos PMEs (até os 10% do PIB AO FINAL DA DÉCADA)**
 - **Além da frustração do fundo do pré-sal.(???) Petróleo/ cenário mundial. Instabilidade.**

FINANCIAMENTO

- **AMEAÇAS aos avanços e ciclo de desenvolvimento da Educação – perspectivas e frustrações.**
 - FUNDEB criado a partir Lei 11.494/ 2007 no contexto do ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos.
 - 2016 = 4 aos 17 anos.
 - Com a Lei Federal 11.738/2008 – Redução da CH docente e Piso Nacional do Magistério.
 - 100% FUNDEB para folha de pagamento.
 - 0% investimentos (obras, equipamentos, reformas)
 - Distribuição da carga tributária = 57 % União / 25% Estados / 18% Municípios . (% aproximadas)

SISTEMAS MUNICIPAIS

repactuação/ revisão

- Com os os PMEs aprovados em 2015 , as Secretarias Municipais estavam definindo planos setoriais / planos estratégicos para cumprimento das METAS .
- **FASE DE REVISÃO. (1 ano de vigência !!!!)**
- Estudo para REDEFINIÇÃO DE METAS uma vez que o FINANCIAMENTO estará comprometido .



Ministério da

Educação

Contato

[PÁGINA INICIAL](#) > [SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO COM OS SISTEMAS DE ENSINO - SASE](#) > [QUEM É QUEM](#)

[Pronatec](#)

[Prouni](#)

[Enem](#)

[Gabinete do Ministro](#)

ACESSO À
INFORMAÇÃO

SECRETARIAS

PROFESSORES /
DIRETORES

SASE

[Apresentação](#)

[Agenda](#)

[Quem é Quem](#)

[Destaques](#)

[Fale Conosco](#)

[PNE](#)

[Transparência](#)

[Piso](#)

G+1 0

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino

Secretário: **Binho Marques**

Esplanada dos Ministérios, Bl. "L" - 6º Andar - Gabinete

70047-900 - Brasília - DF

Fone: (61) 2022 7671 / 7631

DESAFIOS DA GESTÃO

- Fazer um completo **DIAGNÓSTICO**;
- Priorizar problemas (rota **ESCOLAR** , mais salas **EI**, **CRECHE** , etc) . Cobertor curto – não podemos **TUDO**;
- Elaborar Plano de ação claro e objetivo;
- Acompanhar e avaliar resultados no âmbito das Secretarias e das Escolas (**Conselhos Escolares fortes**)
- Fortalecer ações intersetoriais;
- Garantir o direito dos **ALUNOS** à aprendizagem

DESAFIOS DA GESTÃO

- Executar Planos de Estado (x Planos de Governo).
 - Tensões no território subnacional
- Criar mecanismos para continuidade de políticas públicas
 - Transição republicana (Base CF e LDB)
- Proporcionar formação continuada das Equipes dos órgãos de gestão e de todos os profissionais da educação
- Garantir infraestrutura nas escolas
- Aplicar a Lei Federal 11.738/2008 – Piso Nacional do Magistério e redução da carga horária de efetivo exercício docente. (valorização dos profissionais)

Uma escola adequada para o seu tempo?



inovacaoeducacional.com.br

Massificação Linha de Produção Uniforme

Uma escola adequada para o seu tempo?





CONSTITUIÇÃO

CIDADÃ



A adoção da inclusão social como eixo das políticas públicas.

- Luciano Sathler

**FÓRUM
MUNDIAL DE
EDUCAÇÃO
COREIA DO SUL**

MAIO DE 2015

Acordos Internacionais - Pós 2015

Cooperação Internacional

Conjuntura e Desenvolvimento



Fórum Mundial de Educação na Coreia do Sul celebra a nova agenda internacional para educação

29 de maio de 2015 admin Acordos Internacionais - Processo 2015, Destaques, Notícias

Entre os dias 19 e 22 de maio, em Incheon, na Coreia do Sul, aconteceu o Fórum Mundial de Educação (World Education Forum – WEF 2015), organizado pela UNESCO e que contou com a participação de mais de 130 Ministros de Educação e mais de 1.500 participantes, entre organizações de sociedade civil, agências bilaterais e multilaterais, professores, ativistas e experts.

Pesquisar...



REDES SOCIAIS



MAIS LIDOS



As metas para a educação no pós-2015 e os desafios da educação brasileira

30 mar , 2015



Reunião aprova os 230 indicadores referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

21 mar , 2016



Tendências na educação de jovens e adultos 1985-2015

20 jan , 2015



Publicação "Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento"

07 jan , 2015



Computador



MP RJ 13 AB...



Fórum Mun...



01:10 - R\$...



Microsoft P...



Atualização ...



10:48
13/04/2016

O Brasil está entre as 10 nações responsáveis por 72% da população mundial de analfabetos, com 13 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler

Participe do debate Desafios da Conjuntura – as metas para a educação no pós-2015 e os desafios da educação brasileira

Dia 01/04/2015, das 19h às 22h
Auditório da Ação Educativa (Rua General Jardim, 660)

As metas para a educação no pós-2015 e os desafios da educação brasileira

30 de março de 2015 admin Acordos Internacionais - Processo 2015, Notícias

Prover acesso equitativo a programas de Educação de Jovens e Adultos e aumentar em 50% os níveis de alfabetização de adultos até 2015. Estes eram os compromissos do governo brasileiro e de outros 163 países que assinaram o acordo Educação Para Todos (EPT). O documento estabeleceu seis metas para que os seus signatários avançassem na garantia do direito humano à educação para todos e todas.

De todas as metas, estas são as que o Brasil está mais longe de alcançar. O país está entre as dez nações responsáveis por 72% da população mundial de analfabetos, com mais de 13 milhões de pessoas com 15 anos de idade ou mais que não sabem ler nem escrever, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Pesquisar...

REDES SOCIAIS



MAIS LIDOS

-  As metas para a educação no pós-2015 e os desafios da educação brasileira
30 mar , 2015
-  Reunião aprova os 230 indicadores referentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
21 mar , 2016
-  Tendências na educação de jovens e adultos 1985-2015
20 jan , 2015
-  Publicação "Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento"
07 jan , 2015
-  ICAE and Post-2015: Good practices for advocacy
07 nov , 2014

- **De todas as metas, estas são as que o Brasil está mais longe de alcançar. O país está entre as dez nações responsáveis por 72% da população mundial de analfabetos, com mais de 13 milhões de pessoas com 15 anos de idade ou mais que não sabem ler nem escrever, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).**

Fonte:

<http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/as-metas-para-a-educacao-no-pos-2015-e-os-desafios-da-educacao-brasileira/>

Ampliação de Acesso

1. População universitária mundial deve dobrar até 2025
2. Equidade de gênero na Educação Básica
3. Redução de evasão e no atraso escolar

Melhor Qualificação da Oferta

UNESCO. World Education Forum 2015: Thematic Indicators to Monitor the Post-2015 Education Agenda. Disponível em <<http://goo.gl/f3GfH2>> acesso em 29/05/2015.

- Com a Constituição Federal de 1988 ressurgiu a ideia de um Plano Nacional de longo prazo.



- Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/96, deixou a cargo da União, com a colaboração dos Estados e Municípios, a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE)



- Foram dois anos de 1998 a 2000 de tramitação legislativa no Congresso Nacional. Em 09 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), com vetos a nove metas, propostas pelo Ministério da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.



- O projeto de Lei N 8.035/2010, que institui o Plano Nacional de Educação (2011-2020), foi enviada ao Congresso Nacional no final do ano de 2010, diferente do documento anterior que possuía um número exagerado de metas, num total de 295, este contém apenas 20 metas e as estratégias que serão usadas para o cumprimento dessas metas.



**O Plano Nacional e o Direito à
Educação de Qualidade: retratos de
um Brasil do século XXI**

O avanço na direção do Sistema Nacional de Educação Básica

1. **1988** – CF : Princípios, Competências e Financiamento
2. **1996** – LDB – 3ª. Versão - Diretrizes e Bases
3. **2001** – Lei 10.172, do Plano Nacional de Educação
4. **FUNDEF** – EC 14 e Lei 9424 de 1996
5. **FUNDEB** – EC 53 e Lei 11.494 de 2007
6. **16 de julho de 2008** - Lei do Piso Salarial Nacional

LDBEN

Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

1961

LDB 4024/61

Estabelece a estrutura de Primário, Colegial e Universitário

1971

LDB 5692/71

Estabelece a estrutura de 1º, 2º e 3º Graus e amplia a obrigatoriedade de 4 para 8 anos

1996

LDB 9394/96

Revoga disposições e estabelece a estrutura da Educação em 2 Níveis. Está sob a Const. de 1988.

LEI 5540/68

Reforma
Universitária Divisão
dos Centros e Áreas

LEI 7044/82

Altera os objetivos
do 2º grau.
Qualificação x
Preparação

LEI 9131/95

Criação dos
Conselhos
Nacional e Estadual

1964

(Golpe Militar)

1988

(Nova Constituição)

Tramitação

- **1988** – Promulgação da Constituição Federal
- **1988 a 1991** – Início de discussão do projeto “Jorge Hage” na Câmara
- **1992** – Darcy Ribeiro, apoiado por Collor, apresenta outro projeto de LDB no Senado
- **1992 a 1993** – Os dois projetos são discutidos ao mesmo tempo no Congresso Nacional
- **1993** – O projeto Jorge Hage é aprovado na Câmara e vai para o Senado
- **1995** – O projeto é considerado inconstitucional e Darcy Ribeiro reapresenta seu antigo projeto de lei
- **1996** – Aprovação da lei, em dezembro.

LDB 9394/96

Princípios (Art.3º)

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;*



LDB 9394/96

Princípios (Art.3º)

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;

A close-up, slightly angled view of the Brazilian flag, showing the yellow rhombus, green field, and blue globe with white stars and the motto 'Ordem e Progresso' on a white banner.

Direito à ~
Educação
A LDB de A a Z

LDB 9394/96

Princípios (Art.3º)

IX - garantia de padrão de qualidade;

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

A close-up, slightly angled view of the Brazilian flag, showing the yellow rhombus, green field, and blue globe with white stars and the motto 'Ordem e Progresso' on a white banner.

Direito à ~
Educação
A LDB de A a Z

Ministério da Educação

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



Acesse o portal do MEC

FIES

Acesse o site do processo seletivo

PROUNI

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

Acesse o site do processo seletivo

sisu

SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA

Acesse o site do processo seletivo

PÁGINA INICIAL > TODAS AS NOTÍCIAS > CANDIDATOS JÁ PODEM FAZER SUA INSCRIÇÃO; EXAME SERÁ REALIZADO EM 8 E 9 DE NOVEMBRO

Pronatec

Prouni

Enem

Gabinete do Ministro

ACESSO À
INFORMAÇÃO

SECRETARIAS

PROFESSORES /
DIRETORES

ESTUDANTES

BRASILEIROS NO
MUNDO

EDUCAÇÃO BÁSICA

Estudantes ouvem do ministro explicações sobre Hora do Enem

Quarta, 06 de abril de 2016, 18h34

+1 136 Tweetar Compartilhar



O ministro Aloizio Mercadante recebeu em audiência nesta quarta-feira, 6, no Ministério da Educação, em Brasília, alunos do nono ano do ensino fundamental da Escola Castanheiras, de São Paulo, a quem apresentou as novas oportunidades de preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele conversou sobre a Plataforma Hora do Enem, lançada na terça, 5, pelo Governo Federal.

“Daqui a pouco vocês vão começar a pensar no Enem. A

Hora do Enem é um professor particular e um cursinho gratuito. Ferramenta útil, principalmente, para quem nunca pode ter nem um nem outro”, sintetizou Mercadante.

Gabriela Câmara, Arthur Brenner e Aline Vieira, de 14 anos, e João Vitor Pugsley, de 13, estão em Brasília para realizar atividades de um projeto interdisciplinar sobre identidade e política. O grupo tem entrevistado

FUNDEF e FUNDEB EC 14/96 e EC 53/06:

- Lei n.º 9424/96 regulamentava o Fundef
- Lei 11.494/07 regulamenta do Fundeb
- natureza contábil
- com prazo de 10 / 14 anos de funcionamento
- *Distribuição dos recursos*: Número de alunos matriculados no Ensino Fundamental regular presencial / na Educação Básica
- *Utilização*: MDE e valorização do magistério (60% para pagamento de salário de professores)
- *Acompanhamento e Controle Social*: Conselhos.



**Constituição Federal
de 1988**

Artigos 205 a 214

**Parecer CNE/CEB
Nº7/2010**

**Diretrizes Curriculares
Nacionais para a Educação
Básica**

LDB 9394/96

**Leis de Diretrizes e Bases
da Educação Nacional**

**Resolução CNE/CP
Nº1/2002**

**Diretrizes Curriculares
Nacionais para a Formação de
Professores da Educação
Básica**

**Como são
definidas as
Competências
a serem
desenvolvidas**



LDB 9394/96

Deveres (Art.4º-7º)



+



**Acesso e
Permanência
A todos**

**Matrícula
a partir dos
4 anos**

**Lei 12.796/2013
A partir dos 4 anos**

Níveis



A estrutura da Educação Nacional LDB 9394/96

LDB 9394/96

Educação Infantil



Lei 12.796/2013
Matrícula Obrigatória
a partir dos 4 anos

- ⊕ **FINALIDADE:**
Desenvolvimento integral das crianças
- ⊕ *Instituições educativas – 1ª etapa da educação básica*
- ⊕ *Prazo de 2 anos para integração*

Emenda
Constitucional 53/06
Educ. Infantil 0-5 anos

LDB 9394/96

Ensino Fundamental

Lei 11.274/2006
Ampliação para 9 anos

Formação Básica do Cidadão

Duração mínima: 8 anos



Antes:
Obrigatório a
partir dos 7 anos

Hoje: a partir
dos 4 anos na EI

**Ensino
Fundamental**



**Gratuito na
Escola Pública**

**Presencial, com
jornada mínima
de 4 horas**

Ensino Religioso
Matrícula Facultativa

LDB 9394/96

Ensino Médio



- ⊕ **Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)**
- ⊕ **Processo Seletivo para a Educação Superior**

LDB 9394/96

Ensino Profissional

NÍVEL BÁSICO



- + QUALIFICAÇÃO
- + ATUALIZAÇÃO
- + PROFISSIONALIZAÇÃO

Qualquer Escolaridade
Educação Não-Formal
Currículo Variável
Certificação

NÍVEL TÉCNICO



- + HABILITAÇÃO
PROFISSIONAL
- + ALUNOS E FORMADOS
NO ENSINO MÉDIO

Diretrizes Cur. Nacionais
Currículos Básicos 70%
Discip. Escolhidas 30%
Diploma Técnico

NÍVEL TECNOLÓGICO



- + ÁREAS
ESPECIALIZADAS
- + FORMADOS EM ENSINO
TÉCNICO
- + FORMADOS EM ENSINO
MÉDIO

Nível Superior
Diploma de Tecnólogo



POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Documentos de Referência

Legislação

Constituição Federal de 1988

Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96)

**Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos
(Resolução CNE 01/2000)**

**Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução
CNE 03/2010)**

LDB 9394/96

Educação de Jovens e Adultos

A EJA é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

Acesso é gratuito.

O objetivo é estimular acesso e permanência ao trabalhador.



LDB 9394/96

Educação de Jovens e Adultos

Os cursos e exames supletivos são realizados na base nacional comum.

A idade mínima para o ingresso é:

- *Ensino Fundamental – Acima de 15 anos*
- *Ensino Médio – Acima de 18 anos*



LDB 9394/96

Educação Especial

A Educação Especial deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

O atendimento deve incluir serviços de apoio especializado.

O atendimento fora da turma regular deve ser oferecido sempre que não for possível a integração

A oferta da Educação Especial deve ocorrer a partir de zero anos.



LDB 9394/96 **Educação Especial**

Currículos, métodos, técnicas, recursos e a organização deve ser realizada de forma a atender à necessidade específica.

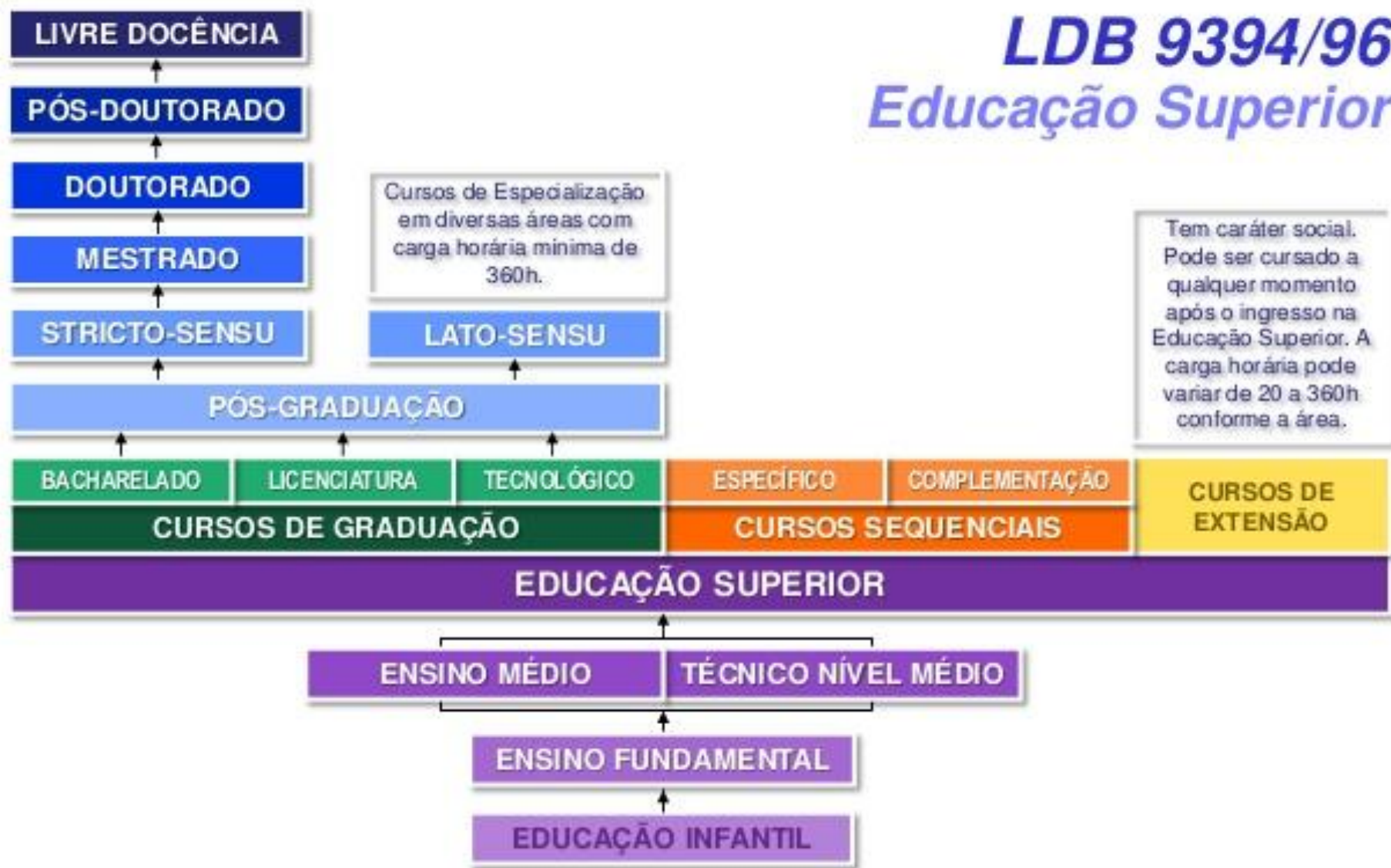
O processo da Educação especial deve objetivar a efetiva integração na vida em sociedade e para o trabalho.

Os professores deverão ter preparação e formação adequada para o atendimento.



Concepção e Estrutura

LDB 9394/96 Educação Superior



LDB 9394/96 **Educação Superior**

De acordo com o Decreto nº 5.773/06, as instituições de educação superior, são credenciadas como:



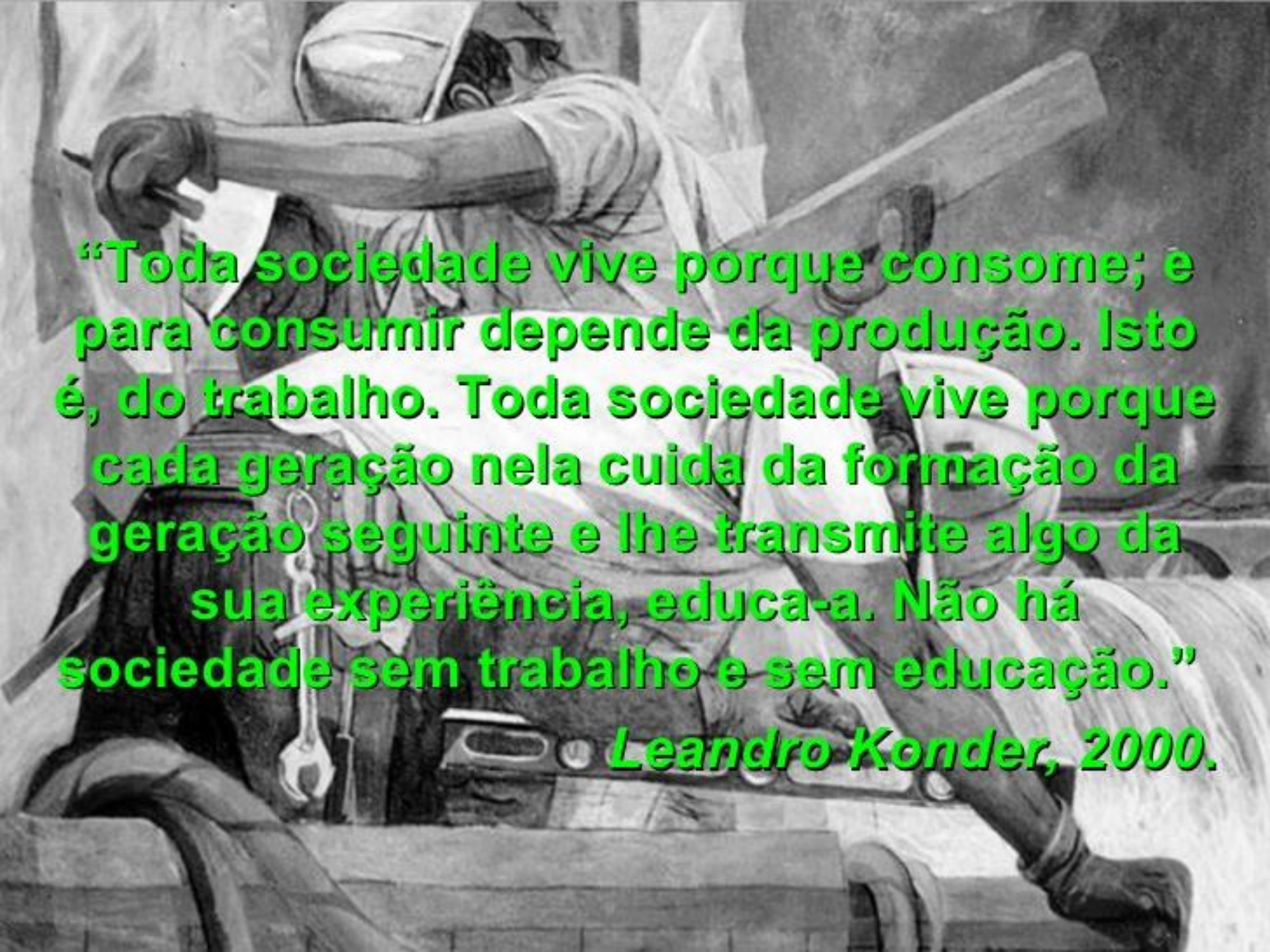
Faculdades



**Centros
Universitários**



Universidades



“Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação.”

Leandro Konder, 2000.

Questões iniciais

Three concentric semi-circles on the left side of the slide. The outermost is a dark olive green, the middle is a lighter olive green, and the innermost is a golden yellow. They are all aligned to the right edge.

O que é Estado?

O que é Governo?

O que são Políticas Públicas?

Conceitos e relações



Estado

- Conjunto de instituições, definidas pelos próprios agentes do Estado. São instituições políticas, jurídicas, administrativas, militares, etc.
- Essas instituições encontram-se dentro de um território geograficamente limitado, a qual geralmente nos referimos como sociedade. A responsabilidade do Estado se circunscreve ao seu território geográfico-político, a que chamamos de soberania. Por vezes, é também chamado de Estado-nação.
- O Estado é responsável pela criação de regras dentro de seu território, o que tende à criação de uma cultura política comum, partilhada por todos seus cidadãos.

Conceitos e relações



Governo

- Conjunto de programas e projetos que uma parcela da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil) propõem para a sociedade como um todo.

Conceitos e relações



Políticas Públicas

- São as de responsabilidade do Estado > a partir de um processo de decisão que envolve: órgãos públicos, agentes da sociedade e entidades relacionados à política implementada.
- É o Estado em ação.
- Estado implementando um plano de governo por meio de programas, projetos e ações voltados à áreas específicas da sociedade.



Governo agindo por meio das instituições estatais

Conceitos



Políticas Públicas Sociais

- Ações que compreendem o padrão de proteção social do Estado.
- Voltadas à redistribuição de benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.
- São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de uma sociedade.
- Indicam que tipo particular de Estado está em vigência.

Conceitos e relações



Educação e Política

possuem a mesma *natureza*,
pois podem tanto

Reproduzir

Transformar

a *ordem* estabelecida
(os planos e ações vigentes)

Análise de políticas públicas



análise da
relação



em determinados

Sociedade

Período
histórico

Quando nos referimos à política pública, estamos tratando de idéias e de ações. E, sobretudo, de ações governamentais, reconhecendo que a “análise de políticas públicas é, por definição, estudar o governo em ação” (SOUZA, 2003).

Concepções epistemológicas e políticas



Marxismo (Claus Offe)

Estado

Esfera da sociedade que concentra e manifesta relações e conflitos sociais de classe.

Revelou que o Estado atua como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto.

Concepções epistemológicas e políticas

Liberal (Milton Friedman)



Estado

Deve garantir a preservação dos direitos individuais, sem interferir nas esferas da vida pública, na economia e na propriedade privada.

Pressuposto básico: se o Estado não institui ou concede a propriedade privada e nem as relações comerciais, não tem o direito (ou poder) de interferir nelas.

Um vez que não viole as leis da justiça, cada um tem a liberdade de ir em busca de seu próprio interesse.

Anos 90 - neoliberalismo



Estado

- Discurso de que não há crise econômica, e sim, o Estado é que é incompetente em gerir a economia (gastou demais, endividou-se, etc.)

Solução

- Estado mínimo

Mercado

- Regula o Estado mediante parâmetros de eficiência, competitividade e qualidade

Anos 90 - neoliberalismo



Governos Collor (91-92) e
Itamar Franco (93-94)

privatizações (programa
nacional de desestatização -
Lei 8.031/90)

liberalização do comércio

redução da circulação de
moeda por meio do confisco
das cadernetas de poupança.

E para a
Educação?

dois projetos de emenda
constitucional

um de redução do % de recursos
para financiamento das
universidades

outro de transformação delas em
organizações sociais.

Anos 90 - neoliberalismo



Governo FHC (1995-2002):

Ministério da
Administração e
Reforma do Estado
(MARE) (1994)

Plano Diretor de
Reforma do Estado
(1994)

Modernização do aparelho estatal
com base na administração
gerencial: eficiência, qualidade
nos serviços prestados e cultura
gerencial nas instituições.

Estado Brasileiro
Moderno

1) núcleo
burocrático-
estratégico;

2) atividades
exclusivas do
Estado;

3) serviços não
exclusivos do
Estado;

4) produção de
bens e serviços
para o mercado.

Exemplos



☞ América Latina

☞ Brasil – Educação Básica e Superior

América Latina



Reformas educacionais dos anos 90

Nova organização e governação: adotar o princípio do mercado como indicador de eficiência nas esferas sociais;

Ressignificar o conceito de cidadão enquanto consumidor: formas quase mercantis de relação com a demanda educacional (e de relações entre pessoas).

Descentralização

Não significa mais a redistribuição de responsabilidade e maior autonomia

Significa a preocupação do Estado por redefinir quem assume a responsabilidade pela educação pública

[incluindo a definição de conteúdos, financiamento e resultados]

Planejamento escolar na perspectiva da produtividade:
visão estratégica para a eficiência e avaliação externa
como referência para a qualidade

Governo FHC (1995-2002)

```
graph TD; A[Governo FHC (1995-2002)] --> B[Reforma do Estado]; B --> C[Substituição da administração pública burocrática pela administração gerencial]; C --> D[ESTADO MÍNIMO];
```

Reforma do Estado

Substituição da administração pública
burocrática pela administração gerencial

ESTADO MÍNIMO

América Latina



Descentralização para o mercado

a) descentralizar a
responsabilidade de controle
e regulação educacional

b) descentralizar a oferta e
a universalização do
“serviço” educativo

América Latina



a) mercado de consumo de serviços educacionais

- os pais (consumidores) tem o direito de escolher a melhor educação para seus filhos, oferecida pelas escolas (fornecedoras).

Vouchers (cupons)

Subsídios dos governos, financiados por meio de impostos, distribuídos aos pais para matriculem seus filhos nas escolas que desejarem

Em vez de direitos
sociais de educação
para os cidadãos

Direitos individuais
do consumidor

América Latina



b) transferência de funções e responsabilidades para a sociedade civil

- envolvimento privado no funcionamento e gestão da escola, voluntariado, filantropia, 'solidariedade'

Parcerias público-privadas

A idéia de fundo é que a responsabilidade pela educação deve ser assumida por todos, e não apenas ao Estado

propostas que incentivem a colaboração de setores da sociedade civil, filantrópicos, empresariais, nas escolas

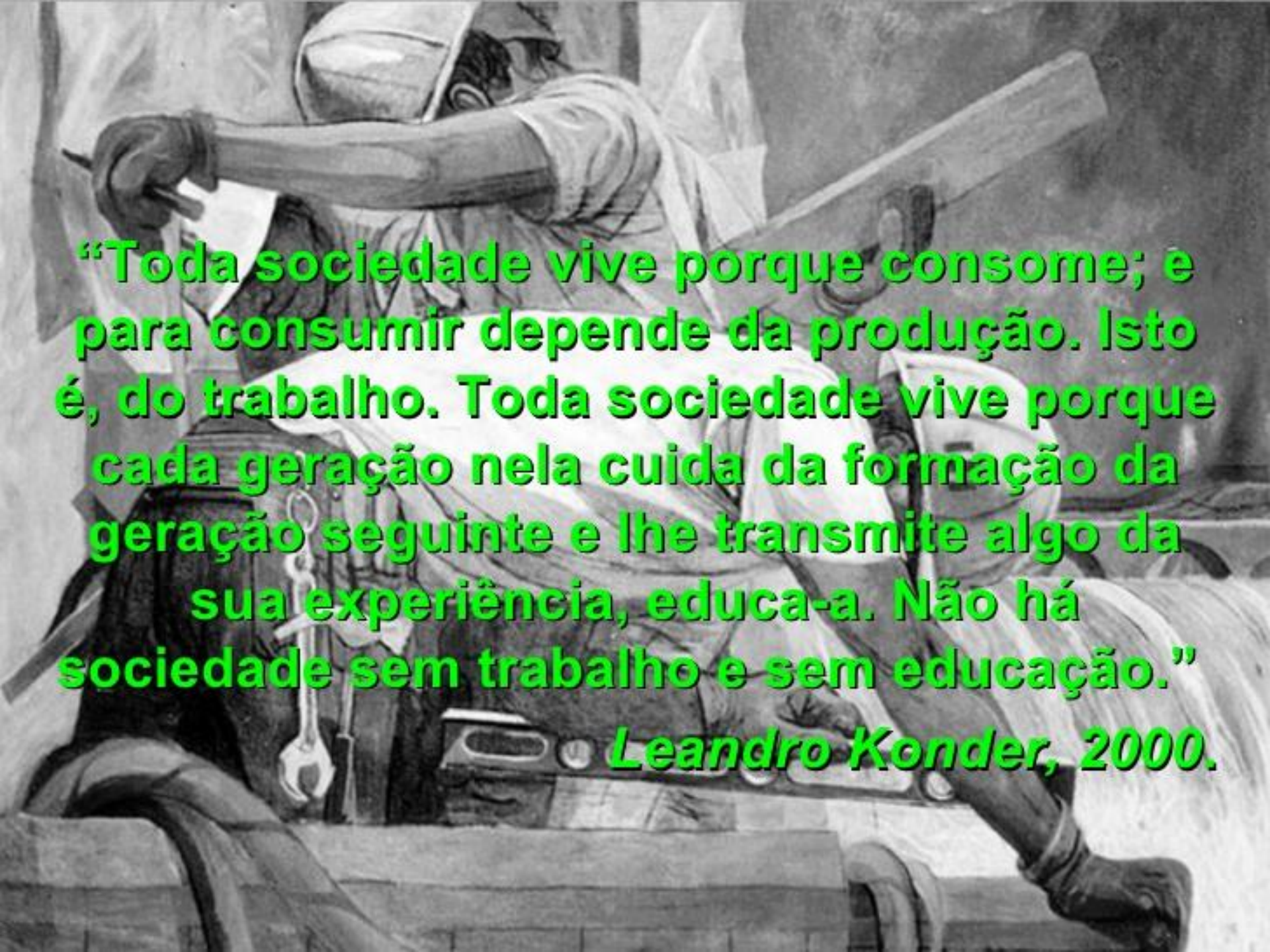
slogans como "amigos da escola", "responsabilidade social", "empresa cidadã", etc.

Educação básica



Terceira via – parcerias público-privadas





“Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação.”

Leandro Konder, 2000.

Referências bibliográficas



HÖFLING, E. M. Estado de políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, Campinas, ano XXI, n. 55, nov./2001, p. 30-41.

KRAWCZYK, N. R. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, 2005 (edição especial), p. 799-819.

LIMA, P. G. Política científica e tecnológica no Brasil o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Dourados: Editora UFGD, 2011.

OLIVEIRA, R. P. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 30, n.108, outubro/2009, p. 739-760.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 19, n. 40, mai./ago. 2010, p. 215-227.

VIEIRA, S. L. Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. RBPAE, v. 23, n. 1, jan./abr/ 2007, p. 53-69.

Sites para Consulta

www.ipea.gov.br

www.cartamaior.com.br

www.inesc.org.br

www.camara.gov.br

www.mec.gov.br

Sites para consulta

www.undime.org.br

www.convivaeducacao.org.br

www.todospelaeducacao.org.br

www.cidades.ibge.gov.br